

continuação

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA | CNPJ: 04.895.728/0001-80

atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS. Existem valores a receber no qual seus recebimentos deverão ser finalizados após conclusão da fiscalização que está em curso; (d) A variação refere-se ao aumento de provisões diversas, onde reconhecemos valores não faturados, porém com existências de contratos, e reconhecimento de Acordo Bilateral SINOP no período de janeiro a dezembro de 2018; e (e) Os valores referem-se a parcelamentos de processos administrativos

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A
Equatorial Energia	2.131.276.838	346.012
Eletrobrás	20.664.721	121.339
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465
Total	2.204.620.569	2.166.816

Não houve mudanças na quantidade de ações no exercício corrente em relação ao exercício anterior. Não há ações mantidas pela Companhia em tesouraria. De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja a quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade no recebimento de dividendos. As ações preferenciais classe A terão direito a dividendo mínimo de 6% (seis por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações. As ações preferenciais classe B terão direito a dividendo mínimo de 10% (dez por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

28.2 Reserva de lucros: a. Reserva legal: É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro 2018 o saldo desta reserva é de R\$ 77.419 (R\$ 54.649 em 31 de dezembro de 2017). **b. Reserva de incentivos fiscais:** Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 264.889 (R\$ 184.939 em 31 de dezembro de 2017), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real. **c. Reserva estatutária de reforço de capital de giro:** Essa reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessa reserva é de R\$ 974.019 (R\$ 691.388 em 31 de dezembro de 2017). **d. Reserva de dividendos adicionais:** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desta reserva é de R\$ 249 (R\$ 5.446 em 31 de dezembro de 2017). **e. Reserva de lucros a realizar:** Esta reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício, sendo, todavia, optativa sua constituição. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desta reserva é de R\$ 61.205.

28.3 Reserva de reavaliação: Movimentação da reserva de reavaliação:

	2017	Quota de reavaliação	Baixa	2018
Reserva de reavaliação	197.212	(27.368)	(500)	169.344
Encargo tributário	(67.052)	-	9.492	(57.560)
Total	130.160	(27.368)	8.992	111.784

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) pelo qual os bens componentes do ativo imobilizado podem ser avaliados a valores de mercado, desde que sejam obedecidos os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis são reconhecidas a crédito de uma conta específica do patrimônio líquido, denominada reserva de reavaliação. **29. Receita de vendas:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

	2018		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial (a)	1.808.031	2.825.964	2.922.690
Industrial	4.002	579.408	420.861
Comercial	175.150	1.525.829	1.331.857

regulatórios, que serão quitados em 180 parcelas, com atualização de 1% mais Selic. Tendo seu pagamento inicial em jan/2015 e parcela final em dez/2029, com Adesão em forma de lei 12.249/2010 e Portaria AGU nº 247 de 2014. **28. Patrimônio líquido: 28.1 Capital social:** O capital social da Companhia subscrito em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 1.521.740 sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

	2018		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Rural	170.612	276.496	169.564
Poder público	19.250	525.721	468.387
Iluminação pública	481	506.931	257.247
Serviço público	2.113	257.555	96.135
Consumo próprio	253	17.117	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	197	1.280.041	188.934
Suprimento CCEE	-	-	333.122
Baixa renda (a)	463.694	845.548	182.907
Subvenção CDE - Outros	-	-	179.892
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(48.843)
Receita de construção	-	-	809.881
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	245.239
Atualização do ativo financeiro	-	-	54.653
Outras	-	-	86.580
Total receita operacional	2.643.783	8.640.610	7.699.106

	2017		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.592.529	2.920.784	2.824.361
Industrial	3.872	630.302	389.828
Comercial	180.138	1.613.767	1.308.133
Rural	163.252	271.216	150.916
Poder público	19.031	532.425	474.548
Iluminação pública	480	475.830	223.751
Serviço público	2.087	255.233	42.594
Consumo próprio	216	16.047	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	159	1.162.293	136.290
Suprimento CCEE	-	-	49.001
Baixa renda	634.222	889.135	172.807
Subvenção CDE - Outros	-	-	180.939
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(40.453)
Receita de construção	-	-	865.101
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	437.465
Atualização do ativo financeiro	-	-	54.646
Outras	-	-	59.692
Total	2.595.986	8.767.032	7.329.619

(a) Durante o exercício de 2018 a ANEEL enviou para a Companhia bases atualizadas dos beneficiários do programa baixa renda, onde vários consumidores perderam o direito ao benefício, migrando para a classe residencial; e (*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

30. Receita líquida de vendas: A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	2018	2017
Fornecimento de energia elétrica	6.225.936	6.164.889
Receita de distribuição	5.539.499	5.323.143
Remuneração financeira WACC	261.306	223.342
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	245.239	437.465
Subvenção CDE - Outros	179.892	180.939
Suprimento de energia elétrica (b)	333.122	49.001
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	188.934	136.290
Receita de construção	809.881	865.101
Atualização do ativo financeiro	54.653	54.646
Outras receitas	86.580	59.692
Receita operacional bruta	7.699.106	7.329.619
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.296.314)	(1.247.217)
PIS e COFINS	(445.822)	(549.892)
Encargos do consumidor	(49.594)	(45.744)
ISS	(148)	(828)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(394.235)	(334.964)
Penalidades DIF/FIC e outras	(21.457)	-
Deduções da receita operacional	(2.207.570)	(2.178.645)
Receita operacional líquida	5.491.536	5.150.974

continua